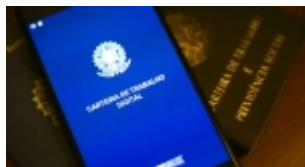


IMPOSTO SINDICAL: quais as propostas do governo para a volta da contribuição obrigatória



O Ministério do Trabalho vem avaliando o retorno do imposto sindical obrigatório e deve enviar Congresso Nacional um projeto de lei (PL) para consumá-lo. A reportagem teve acesso à minuta do projeto, que propõe que a taxa descontada na folha de pagamento seja fixada em até 1% do rendimento anual do trabalhador.

O texto ainda define que a taxa seja implementada a partir de aprovação, de forma individual, pelas categorias. Ou seja, a mudança precisaria passar por votação em assembleias, além de ser oficializada nos termos de eventuais acordos ou convenções coletivas.

O imposto seria vinculado a acordos de reajuste salarial entre patrões e empregados, intermediados por sindicatos. A ideia é que a discussão sobre a contribuição faça parte, obrigatoriamente, do processo de negociação anual de aumentos salariais e benefícios.

A proposta prevê ainda o repasse de um terço do valor arrecadado dos trabalhadores aos sindicatos. O cálculo total seguiria a seguinte configuração: 70% para o Sindicato respectivo; 12% para a Federação correspondente; 8% para a Confederação correspondente; 7% para a Central Sindical correspondente; O repasse de outros 3% também deve contemplar entidades ligadas aos empregados, ainda em processo de definição.

Proposta deve enfrentar dificuldade no Congresso

O imposto sindical obrigatório havia sido extinto em 2017, quando entrou em vigor a reforma trabalhista, implementada durante o governo do ex-presidente Michel Temer (MDB-SP).

A taxa considerava o valor de um dia de trabalho, descontado anualmente. Com a mudança, a contribuição passou a ser opcional.

Em entrevista, o especialista em relações do trabalho José Pastore afirmou que a volta do imposto sindical é uma questão tão complexa que o Executivo e Judiciário não têm condições de discuti-la.

“Esse assunto tem que ser resolvido pelo Congresso Nacional, e não pelo Supremo Nacional, porque para instalar uma contribuição desse tipo são necessárias tantas mudanças que nem o Supremo e nem o Poder Executivo têm capacidade de fazer. É questão do Congresso”, afirmou.

O líder da oposição no Senado, Rogério Marinho (PL-RN), classificou como *“retrocesso absoluto”* e *“tentativa de ressurreição do peleguismo”* o projeto de lei que trata da volta de um imposto sindical no país.

Relator da reforma trabalhista na Câmara, Marinho promete articular resistência ao avanço da

proposta. *“Vamos nos colocar fortemente contra”*, disse. Integrantes de centrais sindicais de trabalhadores buscam acordo com os representantes patronais para fechar a proposta da contribuição sindical.

A avaliação é que se houver apoio dos empresários, a tramitação de um projeto de lei no Congresso Nacional pode ter uma convergência maior para a aprovação.

Lula e os sindicatos

As discussões sobre a retomada do financiamento dos sindicatos fez parte dos debates da transição governamental. Em aceno aos sindicalistas, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se mostrou favorável à revisão de alguns pontos da reforma trabalhista.

Internamente, integrantes do Ministério do Trabalho ponderam que o retorno da contribuição precisa estar atrelado a mudanças na autorregulamentação dos sindicatos e ao aumento de transparência em relação à prestação de contas das entidades.

Em abril a pasta definiu a criação de um grupo de trabalho sobre o assunto, com representantes do governo, sindicatos e confederações patronais.

Para a professora da Fundação Getulio Vargas (FGV), Olivia Pasqualetto, um possível retorno do imposto sindical como está sendo discutido é importante para retomar o financiamento dos sindicatos. Para ela, um ponto positivo é que a negociação da taxa ficaria a cargo da contrapartida dos ganhos de benefícios.

“O sindicato tem um custo e se ele gera o benefício para a toda a categoria nas negociações, a taxa seria uma contrapartida”, afirmou. Em compensação, Pasqualetto acredita que a representação de um sindicato por categoria faz com que o trabalhador tenha que contribuir, mesmo se não se sentir representado.

“A contribuição é um dos elementos é que não traz grandes mudanças, necessariamente. A gente fica com dois perfis: os sindicatos que conseguem negociar e os que não tem representação”, comentou.

Foto: Divulgação

<https://jornalpanfletus.com.br/noticia/4894/imposto-sindical-quis-as-propostas-do-governo-para-a-volta-da-contribuicao-obrigatoria-em-19/06/2026>
18:26